



As enchentes urbanas e os desafios do Direito Climático no Brasil

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Izabelle Clara Braga Ferreira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

As mudanças climáticas intensificaram a frequência e a gravidade de eventos extremos em diversas regiões do mundo. No Brasil, as enchentes urbanas tornaram-se recorrentes em grandes e médias cidades, causando perdas materiais, deslocamento de famílias, mortes e danos ambientais. Tal cenário está relacionado não apenas ao aumento das chuvas intensas, mas também à urbanização desordenada, impermeabilização do solo, ocupação de áreas de risco e deficiência na drenagem urbana. Diante disso, o Direito Climático apresenta-se como instrumento essencial para orientar medidas de prevenção, adaptação e responsabilização estatal. A Constituição Federal de 1988 assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo. O estudo discute a relevância jurídica das enchentes urbanas no contexto climático brasileiro.

Objetivo

Analisar os desafios enfrentados pelo Direito Climático no combate às enchentes urbanas no Brasil, com enfoque na prevenção de riscos, na atuação estatal e na efetivação do direito ao meio ambiente equilibrado.

Material e Métodos

A pesquisa adota abordagem qualitativa, utilizando o método dedutivo, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinadas normas constitucionais, legislação ambiental, políticas públicas urbanas e estudos acadêmicos sobre mudanças climáticas e gestão de riscos. Também se analisaram documentos oficiais relacionados à defesa civil e ao planejamento urbano sustentável. O procedimento metodológico buscou relacionar os impactos das enchentes com os deveres jurídicos do Estado e com os mecanismos normativos voltados à adaptação climática. A investigação permitiu compreender de que forma o ordenamento jurídico pode contribuir para reduzir vulnerabilidades sociais e ambientais decorrentes de eventos extremos.

Resultados e Discussão

Os resultados demonstram que as enchentes urbanas decorrem da combinação entre fatores climáticos e falhas estruturais históricas. Observou-se que áreas periféricas e populações socialmente vulneráveis sofrem os maiores impactos, evidenciando a dimensão social da crise climática. Verificou-se ainda que, embora existam normas jurídicas capazes de orientar ações preventivas, sua aplicação é limitada pela ausência de planejamento

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



adequado, investimentos insuficientes e fiscalização deficiente. A omissão estatal amplia danos humanos e ambientais, comprometendo direitos fundamentais como moradia, saúde e segurança. Nesse contexto, o Direito Climático revela-se importante ao exigir políticas públicas integradas, obras de infraestrutura resiliente e ocupação urbana sustentável. A efetividade normativa depende da articulação entre União, Estados, Municípios e participação social.

Conclusão

Conclui-se que as enchentes urbanas representam relevante desafio ao Direito Climático no Brasil. Apesar da existência de garantias constitucionais e instrumentos legais, sua eficácia depende de planejamento urbano eficiente, prevenção de riscos e ações públicas contínuas. O enfrentamento do problema exige políticas integradas capazes de proteger o meio ambiente e assegurar dignidade à população.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF: Presidência da República, 1981.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.